REFORMA TRIBUTÁRIA PEC 45-A - 06/07/2023

SISTEMA ATUAL

APÓS A REFORMA



IPI

IMPOSTO SOBRE PRODUTOS
INDUSTRIALIZADOS

COFINS

CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

PIS

PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

CBS

CONTRIBUIÇÃO SOBRE BENS E SERVIÇOS COBRADO PELA UNIÃO



TRIBUTOS DUAIS/MUNICIP

FRIBUTOS

ICMS

IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS

ISS

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS

IBS

IMPOSTO SOBRE BENS E SERVIÇOS COBRADO POR ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS



MODELO DUAL DE IVA

Diretrizes

- Base ampla
 - operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços
- Cobrado por fora e no

destino

- Critérios para definição de destino definidos em lei complementar (local da entrega, disponibilização, localização do bem, da prestação do serviço, domicílio ou localização do adquirente
- Não-cumulatividade plena
 - atendimento do princípio da neutralidade



Mesmos

- fatos geradores
- bases de cálculo
- hipóteses de não incidência e imunidade
- sujeitos passivos
- regimes específicos, diferenciados ou favorecidos

Alíquotas IBS

- Fixadas por lei específica de Estados, Distrito Federal e Municípios, que serão somadas
- mesmas para todas as operações com bens ou serviços, salvo exceções
- Resolução do Senado Federal fixará alíquotas de referência





REGIMES FISCAIS ESPECÍFICOS



Combustíveis e Lubrificantes

Incidência Monofásica e alíquotas uniformes



Planos de assistência à saúde

Possibilidade de alteração nas alíquotas, nas regras de creditamento e na base de cálculo



Operações contratadas pela administração pública direta, por autarquias e por fundações públicas



Serviços de hotelaria, restaurantes e aviação regional

Possibilidade de alteração de alíquotas e nas regras de creditamento



Operações com bens imóveis

Possibilidade de alteração nas alíquotas, nas regras de creditamento e na base de cálculo



Serviços financeiros

Possibilidade de alteração nas alíquotas, nas regras de creditamento e na base de cálculo



Concursos de Prognóstico

Possibilidade de alteração nas alíquotas, nas regras de creditamento e na base de cálculo

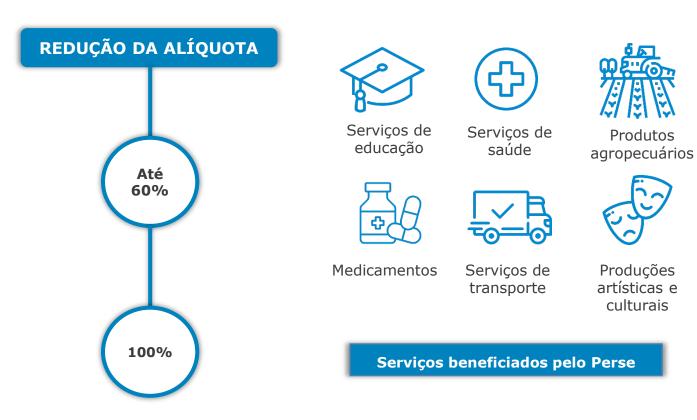


Sociedades Cooperativas

Hipóteses de não incidência do imposto e transferência de crédito entre cooperados e sociedade cooperativa



ALÍQUOTAS -





CASHBACK

- Mitigação da regressividade dos impostos sobre consumo
- Devolução de parte dos impostos recolhidos pela população de baixa renda
- Forma de devolução, público elegível e montante a ser distribuído serão definidos posteriormente

REGIMES TRIBUTÁRIOS FAVORECIDOS

Manutenção dos regimes:

- Zona Franca de Manaus
 - ✓ Vigente até 2073;
 - ✓ Alteração de alíquotas e regra de creditamento do IBS e CBS
 - ✓ Incidência do Imposto Seletivo sobre bens que tenham industrialização na ZFM

- Simples Nacional
 - ✓ Gera crédito ao adquirente proporcional à carga
 - ✓ Optante pelo Simples poderá escolher incluir ou não o IBS e a CBS no regime de recolhimento unificado



FUNDO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

- Redução das desigualdades regionais e estímulo à manutenção de empreendimentos nas regiões menos desenvolvidas
- Financiamento com aportes exclusivos da União

CONSELHO FEDERATIVO

- Conjunto das Fazendas estaduais e municipais
- Gerência do IBS subnacional

BENEFÍCIOS E CRÉDITOS DO ICMS

- Benefícios fiscais de ICMS estão convalidados até 2032,
 de acordo com a Lei Complementar 160/2017
- 2029: Início da fase de transição
- "Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais ou Financeiro-Fiscais" com o propósito de compensar, até 31/12/2032, pessoas jurídicas beneficiárias de isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos por prazo certo e sob condição.
- Possibilidade de aproveitamento dos saldos credores, atualizado pelo IPCA-E ou outro índice que venha substituí-lo, a partir de 2033 (fim dos benefícios LC 160)



SERÁ DISCIPLINADO POR LEI COMPLEMENTAR





Os setores e/ou produtos sujeitos ao imposto seletivo serão definidos por lei

O IPI não incidirá sobre operações sujeitas ao imposto seletivo

Poderá incidir sobre operações com energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País

Poderá ter o mesmo fato gerador e base de cálculo de outros tributos

Não incidirá sobre as exportações

Não incidirá sobre bens e serviços que contam com redução de alíquota



Será facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas

Integrará a base de cálculo do ICMS, ISS, IBS e CBS

Objetiva desestimular o consumo de bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente



田 REGIME DE TRANSIÇÃO

TRANSIÇÃO PARA CONTRIBUINTES:



FASE 1

Alíquota de 1% (0,9% de CBS e 0,1% de IBS) compensável com PIS/COFINS

FASE 2

Entrada do CBS extinção do PIS/COFINS redução a zero das alíquotas do IPI (exceto Zona Franca de Manaus)

FASE 3

Entrada proporcional do IBS extinção do proporcional do ICMS e dos ISS

FASE 4

Vigência integral do novo sistema





ITCMD

progressividade em razão do valor da transmissão

alteração da competência para cobrança do imposto em caso de transmissão causa mortis:

"Estado onde se processar o inventário ou arrolamento"



"Estado onde era domiciliado o de cujus"



IPVA

progressividade em razão do impacto ambiental do veículo

incidência sobre veículos terrestres, aquáticos e aéreos, exceto:

- **a)** aeronaves agrícolas e de operador certificado para prestar serviços aéreos a terceiros
- b) embarcações de PJ que detenha outorga para prestar serviços de transporte aquaviário ou de PF ou PJ que pratique pesca industrial, artesanal, científica ou de subsistência
 - c) plataformas suscetíveis de se locomoverem na água por meios próprios
 - d) tratores e máquinas agrícolas



IPTU

autorização para que o Poder Executivo atualize sua base de cálculo por meio de decreto a partir de critérios estabelecidos em lei municipal

